

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Shayane Andriele Porto Da Silva

**ESTUDO DE CASO EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: O PAPEL E A  
IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGA**

Porto Alegre  
2021

Shayane Andriele Porto Da Silva

**ESTUDO DE CASO EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: O PAPEL E A  
IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karine dos Santos.

Porto Alegre  
2021

Dedico este trabalho principalmente a quem me apresentou e ensinou na prática a importância da pedagoga no acolhimento, minha maior inspiração, Anelise Silene de Souza Melo.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao concluir este trabalho, agradeço com coração e alma, a minha família que sempre esteve ao meu lado prestando apoio durante todo meu processo de pesquisa e escrita. Minha tia Cardenia Roseli Rosa da Silva, que me auxiliou, e me socorreu neste período. Minha mãe Elisangela L. Porto da Silva que me deu colo e aconchego todas as vezes que pensei em desistir. Meu pai Sergio Luis da Silva com seu jeito durão e pouco carinhoso, estava sempre torcendo por mim, e confiando no meu sucesso acadêmico.

A minha amiga Marina Meira, que desde o dia em que escolhi minha temática, estava junto comigo, a todo momento me dando incentivos a continuar, vibrando junto a mim quando a pesquisa estava deslanchando, e também me tranquilizando quando o desenvolvimento da pesquisa estava mais lento.

Agradeço imensamente à minha orientadora Karine, que mesmo quando tudo estava desabando, com seu olhar carinhoso e suas palavras acolhedoras me incentivou mostrando todos os motivos para continuar, e nunca desacreditou de mim valorizando e evidenciando potencialidades nem mesmo eu sabia que tinha. Obrigada Karine, por me acalmar nos diversos momentos de desespero durante a escrita, tu tinhas razão, ia dar tudo certo.

Além de dedicar este trabalho a ti Anelise, também agradeço por ter me apresentado o acolhimento, por todas as vezes que acreditou em mim, me incentivou e auxiliou não somente com materiais documentais, mas também com sua vasta experiência. Agradeço a ti por todas as vezes que como sua delicadeza e naturalidade, me mostrou as atribuições da pedagoga no acolhimento institucional que tu sempre cumpriu com maestria e amor.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo investigar a presença de pedagogas na equipe técnica mínima de referência dos serviços de acolhimento, estabelecidas pela NOB-RH/SUAS, além de identificar o papel da pedagoga no acolhimento institucional e compreender as suas atribuições descritas no projeto político da Fundação Proteção. Apesar da dificuldade de encontrar embasamento teórico, os autores que utilizo em minha pesquisa conversam entre suas afirmações quando confirmam a importância da pedagoga no acolhimento, além de reafirmar que a educação não deve se limitar à sala de aula, pois está presente em todos processos que acontecem em nossas vidas, faz parte do desenvolvimento de todos indivíduos. Para o desenvolver desta pesquisa, foi utilizado análise documental dos documentos da assistência social e da Fundação Proteção, fazendo conexões com as experiências vividas no acolhimento como um estudo de caso. Concluo este trabalho com a principal pergunta em aberto, pois a falta da recomendação de pedagoga como equipe de referência vai de encontro às afirmações realizadas em diálogo com autores sobre ao longo da pesquisa referente a importância da pedagoga no acolhimento.

**Palavras-chave:** Pedagoga. Acolhimento institucional. Educação em espaços não escolares.

## **LISTA DE SIGLAS**

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FPERGS - Fundação de Proteção Especial

NAR - Núcleo de Abrigos Residenciais

NOB RH SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social

PIA - Plano Individual de Atendimento

PPP - Projeto Política Pedagógico

SEDUC - Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1. A ESCOLHA PELA EDUCAÇÃO</b>	<b>9</b>
1.1 A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO SOCIAL E ESCOLHA PELO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	9
1.2 PRIMEIRO CONTATO COM A EDUCAÇÃO SOCIAL	11
1.3 CAMINHOS PERCORRIDOS AO LONGO DA PESQUISA	12
<b>2. METODOLOGIA</b>	<b>14</b>
<b>3. REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>16</b>
3.1 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	17
<b>4. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>25</b>
4.1 PEDAGOGIA E PEDAGOGAS	25
4.2 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E AS MEDIDAS PROTETIVAS	27
<b>5. ANÁLISE</b>	<b>31</b>
5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ACOLHIMENTO	31
5.2 SOBRE O PAPEL DA PEDAGOGA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	32
5.3 EXPERIÊNCIAS QUE ME PERMITIRAM ENTENDER O PAPEL DA PEDAGOGA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	38
<b>6. ASSIM COMO A EDUCAÇÃO, ESTA PESQUISA É UM PROCESSO E AINDA CONTINUA</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>42</b>

## 1. A ESCOLHA PELA EDUCAÇÃO

Desde criança sempre quis ser professora, mas chega o Ensino Médio e nada mais é tão concreto e com ele chega a dúvida do que vou querer. Surgiram muitas outras hipóteses, mas a Licenciatura sempre esteve dentre minhas alternativas, além desse desejo de infância, tinha e ainda tenho uma imensa admiração por minha tia paterna, pela professora espetacular que sempre foi. Era fabuloso ver as atividades que ela precisava planejar, as decorações da sala de aula e da escola que ela tanto se dedicava. Cada final de semana que eu a via empenhada nos afazeres da escola, e apesar de todo esse trabalho que precisava levar para casa, ela lidava com amor e carinho e me fazia pensar no quanto eu queria ser como ela.

Na metade do ano letivo do terceiro ano do Ensino Médio, em 2015, tive mais certeza do curso que iria escolher com a oportunidade de acompanhar a sala de recursos da minha escola, impulsionando ainda mais a decisão do curso, vendo a importância de ter profissionais preparados para receber e ensinar crianças com deficiência em uma sala de aula regular, perceber e festejar cada pequeno avanço no dia-a-dia. Era o que eu queria para minha vida profissional, ser uma professora, qualificada a acolher e ensinar crianças que muitas vezes eram desvalorizadas, estereotipadas, tanto pela equipe da escola, quanto por algumas professoras e até mesmo por seus familiares.

Decidida do que iria cursar, realizei o vestibular em 2016, e iniciei minha vida acadêmica no segundo semestre do mesmo ano, no curso de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No decorrer do curso, mesmo com a certeza cada vez mais nítida de que era a sala de aula o meu lugar, pude perceber que não nos é apresentado outros lugares em que a pedagoga<sup>1</sup> pode atuar, assim como a função e a importância do papel dessa profissional.

### 1.1 A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO SOCIAL E ESCOLHA PELO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

---

<sup>1</sup> Utilizamos a expressão no feminino, pois em minha experiência todas as profissionais da área eram mulheres. Além disso, no campo da educação a presença feminina é majoritária. Logo, a flexão de gênero neste trabalho é uma opção política.

Em 2018, em busca de um estágio extracurricular remunerado me deparei com a vaga em um abrigo residencial e tentei lembrar de quantas vezes nos foi apresentado sobre educação social e sobre a pedagogia em espaços não escolares no curso de pedagogia, pois já estudava o quarto semestre do curso e ainda não havia tido alguma cadeira que abordasse o tema. Mesmo sem entender como uma pedagoga atua em um abrigo e de que forma seria meu estágio, me candidatei e fui selecionada para estagiar em um abrigo residencial da Fundação de Proteção Especial (FPERGS). Iniciei em junho do mesmo ano no Núcleo de Abrigos Residenciais (NAR) Zona Norte, onde atuei durante um ano, posteriormente fui transferida para NAR Belém Novo, onde atuei por sete meses e por último no NAR Leste, onde atuei até final de junho de 2020.

Durante o estágio acompanhando e auxiliando minha supervisora passei a aprender e pude perceber a importância da pedagoga e do olhar pedagógico no espaço de acolhimento. Consegui entender que neste âmbito seria possível abranger meu desejo de auxiliar, acolher e ensinar as crianças e adolescentes que muitas vezes são invisíveis, e desacreditadas por outras pessoas, fadadas ao fracasso ao olhar estigmatizado de muitas pessoas da nossa sociedade<sup>2</sup>.

Em minha experiência no abrigo tive a oportunidade de vivenciar situações em que o olhar sensível e pedagógico da pedagoga para cada caso foi de extrema importância, sendo possível comparar casos semelhantes em diferentes equipes, com e sem pedagoga. É possível entender a relação entre educação e acolhimento institucional de maneira mais crua, se considerar que são ambientes educativos e que preparam o ser humano para a vida. Assim como afirma Izar (2011, p. 95) a educação “é repleta de rupturas e descontinuidades que variam de acordo com a estruturação das diferentes formas de organizações ou grupos sociais ao longo do desenvolvimento da humanidade”.

Sempre quando se pensava em pedagogia e em processo educativo o que estava mais presente no pensamento das estudantes por conta da própria formação acadêmica é de que a escola seria o principal lugar onde a pedagoga poderia atuar. Porém, na experiência do estágio extracurricular pude perceber que a atuação de pedagogas pode ser mais ampla do que a atuação na escola e na escolarização.

---

<sup>2</sup> O **acolhimento institucional** é uma das medidas de proteção previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/199) e aplicáveis às crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos naquela lei forem ameaçados ou violados.

Assim, compreendo que é importante desenvolver a temática, refletir sobre o trabalho da pedagoga, em específico no acolhimento institucional, pois além de não ter tido base sobre o assunto na faculdade, também é um assunto pouco trabalhado e debatido de modo mais amplo. Assim, justifico o tema do Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como foco o papel e a importância da pedagoga no serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes nos Núcleos de Abrigos Residenciais da FPERGS.

## 1.2 PRIMEIRO CONTATO COM A EDUCAÇÃO SOCIAL

Iniciei meu estágio na Fundação, onde tive o privilégio de conhecer e atuar em mais de um espaço. Ingressei no NAR Zona Norte, onde atuei por um ano, depois fui transferida juntamente com a pedagoga para NAR Belém Novo onde permanecemos por sete meses, e por último no NAR Leste por cinco meses quando acaba os dois anos de estágio não curricular.

Na Zona Norte,

onde tive mais tempo de experiência, a pedagoga do abrigo era uma profissional dedicada e preocupada com o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Qualquer mudança no comportamento já estava ciente e procurava de alguma maneira auxiliar, estava sempre presente na escola básica, na escola de educação infantil, no serviço de convivência, no programa jovem aprendiz. Estava sempre “atenada” a novas vagas, atenta para a idade que os acolhidos estavam prestes a completar para inserir no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes. E nunca se importou de realizar funções fora do previsto no PPP, sempre disposta a contribuir e facilitar o trabalho de seus colegas, mesmo com agenda lotada sempre tinha espaço para mais uma tarefa.

Já no Extremo Sul, quando eu e minha supervisora chegamos neste novo núcleo, novo para nós, este estava sem pedagoga a algum tempo e fomos recebidas com muito afago e entusiasmo, pois estava toda a equipe sobrecarregada com as atribuições que seriam da pedagoga. Com nossa chegada, foi possível aproximar a relação escola X acolhimento, evidenciando a importância da profissional da educação estar sempre presente no abrigo residencial (carinhosamente chamada pelos acolhidos, de casinha). Além disso, havia uma grande demanda a respeito das dificuldades e potencialidades de aprendizagem de cada acolhido, evidenciando a

necessidade de um profissional da educação.

Infelizmente na Zona Leste, tive pouco tempo de experiência, pois logo iniciou a pandemia da COVID-19 e posteriormente encerrou meu contrato de estágio. Mesmo tendo pouco tempo de experiência neste espaço, foi possível perceber o quanto a equipe técnica neste núcleo era empenhada e unida para discussões de casos e resolução de situações cotidianas.

### 1.3 CAMINHOS PERCORRIDOS AO LONGO DA PESQUISA

Como objeto de estudo deste trabalho foquei na função e importância da profissional da pedagogia nos Núcleos de Abrigo Residencial da Fundação de Proteção Especial. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar a presença de pedagogas na equipe técnica mínima de referência dos serviços de acolhimento, estabelecidas pela NOB-RH/SUAS. Visando atingir o objetivo geral, alguns objetivos específicos são requeridos: 1) Identificar o papel da pedagoga no acolhimento institucional e 2) Compreender as suas atribuições descritas no projeto político da instituição analisada.

No capítulo dois, exponho as principais linhas metodológicas e descrevo qual a metodologia escolhida para o presente trabalho. Já no capítulo três, apresento a revisão de literatura, os obstáculos encontrados durante a busca na base de dados da CAPES e o retrato sobre cada dissertação encontrada, fazendo breves ligações com minha experiência no acolhimento. No capítulo quatro, após pesquisar sobre autores que me auxiliassem no embasamento teórico de meu trabalho, faço articulações dialogando com suas obras. No capítulo cinco, apresento os documentos da Fundação e da assistência social que utilizo para investigar e analisar o que dizem sobre a presença ou importância da pedagoga no acolhimento. E, por último, no capítulo seis, teço minhas conclusões sobre minha pesquisa.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo tem referência na pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Bogdan e Biklen (1982), tem como principal fonte de dados o próprio ambiente de pesquisa, e o pesquisador como instrumento, proporciona e supõe relação pesquisador x campo, pois para a coleta de dados o pesquisador vai ao ambiente natural onde estão as situações de investigação. Esta pesquisa terá como abordagem metodológica o estudo de caso e a análise documental.

Embora alguns autores citam a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental como sinônimos, há uma pequena distinção entre elas. Segundo Oliveira (2007), a pesquisa bibliográfica é um estudo de obras científicas, como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, onde se restringe a análise direta dessas fontes, sem recorrer a fatos e fenômenos da realidade. A autora destaca que “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (p. 69).

A pesquisa documental, conforme Oliveira (2007), é uma pesquisa que analisa e utiliza como fonte documentos não científicos, como relatórios, reportagens de jornal, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias entre outras. Trata-se da utilização de fonte primária, que são dados originais que se relacionam com o tema de pesquisa, onde quem o analisa é o pesquisador.

Logo, a pesquisa proposta se caracteriza como documental pois analiso o Projeto Política Pedagógico (PPP) da instituição; o Plano de Empregos, Funções e Salários da Fundação, além de recorrer aos documentos oficiais como a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social (NOB RH SUAS), Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com Ludke e André (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos”. Estes autores entendem e ressaltam a importância da análise documental para o desenvolvimento da pesquisa, visando a qualidade das informações a serem estudadas, além de dados disponíveis para consultas.

O estudo de caso procura retratar comportamentos dialogando com autores, relacionando a realidade com a escrita. É retratado com uma linguagem mais acessível e menos formal, visando facilitar a leitura dos leitores sobre temas da realidade de forma completa e profunda. Conforme citação abaixo

Esse tipo de estudo pretende revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa dada situação, focalizando-a como um todo, mas sem deixar de enfatizar os detalhes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão desse todo. (ANDRÉ, 1984, p. 52)

Este tipo de pesquisa tem como metodologia expor a experiência obtida através da observação e comparação, o pesquisador tem o objetivo de relatar suas experiências durante o estudo de forma que permita que o leitor compreenda e reflita durante a leitura sobre as questões levantadas na pesquisa.

### 3. REVISÃO DE LITERATURA

Quando foi realizada a escolha do tema de pesquisa do trabalho de conclusão, soube que teria muita dificuldade para encontrar material que servisse de auxílio, considerando que não é uma área muito estudada sendo também esse um dos maiores motivos para escolher e desenvolver o estudo sobre esse tema. Além disso, a plataforma que foi utilizada como principal fonte de pesquisa vincula muitas obras relacionadas à palavra-chave, mas em grande maioria não correspondente ao tema.

Para realizar a revisão de literatura, utilizei como umas das fontes de pesquisa a plataforma CAPES, apliquei palavras-chave como: pedagogia e acolhimento e o resultado foi de quinhentos e seis mil, cento e quarenta e três teses e dissertações. Diante desse resultado, precisei refinar a busca para que encontrasse obras mais específicas e o resultado baixou para sete mil, oitocentos e cinquenta e quatro trabalhos. A partir disso, foi necessário explorar para encontrar pesquisas que fossem ao encontro com o objetivo da minha pesquisa, para isso me concentrei apenas na presença das palavras-chave constante nos títulos dos trabalhos e o número reduziu para quatro dissertações de mestrado em educação, sendo apenas uma dissertação com o tema análogo ao meu e outras três que pudessem auxiliar no desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa no banco de dados foi realizada com o recorte temporal no período de 2010-2020. Os trabalhos encontrados foram:

- **Trabalho 1.** Pereira (2013), com o título: A atuação do pedagogo em abrigos no município de Vitória-ES. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santos.
- **Trabalho 2.** Ferreira (2014), com o título: Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflito. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- **Trabalho 3.** Pinto (2016), com o título: O estudo da percepção das professoras sobre crianças em situação de acolhimento institucional. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário La Salle.
- **Trabalho 4.** Serikawa (2015), com o título: A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

### 3.1 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE A ATUAÇÃO DE PEDAGOGAS E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A primeira dissertação escolhida para a análise, "A atuação do Pedagogo em abrigos do município de Vitória/ES", é de Pâmela Rodrigues Pereira (2013), realizada na Universidade Federal do Espírito Santo. A dissertação de Pereira (2013) baseia-se em uma metodologia qualitativa, com abordagem de estudo de caso categorizado como etnográfico. A autora utilizou como método de coleta de dados a observação participante, a análise de documentos e entrevista. A pesquisa tem como objetivo, analisar a atuação do profissional do pedagogo em instituições de abrigos em Vitória/ES, e a partir disso investigar as bases teórico-metodológicas oferecidas no curso de pedagogia para qualificar esse profissional para atuar nesses espaços, expor o campo de atuação do pedagogo nessa área e ampliar a estrutura teórica que trata a formação do pedagogo.

A autora ressalta a falta de um profissional que acompanhe a família após o desligamento do abrigo, o que em minha vivência no acolhimento em três diferentes equipes foi possível observar que em uma das regiões que atuei havia pouquíssimo investimento na família, tanto no pós-desligamento, quanto em situações de destituição do poder familiar. Em contrapartida, nas duas outras equipes havia muito investimento nas famílias, na última equipe por exemplo, havia um jovem que foi desligado aos 18 anos e foi morar com a avó, depois de alguns meses, precisava de emprego e solicitou ajuda. Mesmo por lei não sendo mais função do abrigo buscar e acompanhar, foi consenso entre a equipe técnica que deveria ser amparado, e assim, duas estagiárias do NAR o acolheram. Fizemos juntos o currículo, imprimimos e o acompanhamos em sua busca de emprego, além do zelo, havia uma preocupação com o futuro desse jovem, e acredito que parte da função das pessoas que atuam em acolhimento é ter um olhar mais sensível e empático.

A autora traz também, a questão da chegada no abrigo, a relação dos acolhidos com a comunidade, a relação abrigo e escola, o preconceito de "ser de abrigo", a concepção que têm de família e como veem a preservação dos vínculos. Durante meu estágio conheci adolescentes que tinham muita vergonha de dizer que estavam em acolhimento, assim como também conheci adolescentes que "gritavam" aos quatro ventos. Infelizmente nossa sociedade ainda é muito preconceituosa e

realmente há tratamento diferenciado para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, o que é justificável a vergonha de alguns, acredito que até como forma de se auto proteger. A relação escola e abrigo, é um pouco relativo, é possível separar fatores, por exemplo: quando precisa incluir um acolhido, a secretária diz que tem vaga até entender que se trata de uma criança ou adolescente de abrigo. Após essa informação as vagas "desaparecem" e é necessário que a pedagoga entre em contato diretamente com a direção da escola, ou com a SMED ou SEDUC para conseguir efetuar a matrícula. Outro fator é quando o acolhido já está matriculado, a direção da escola geralmente é mais compreensiva e acolhedora, há exceção habitualmente em casos de adolescentes infrequentes.

Outro fator muito importante é a relação professor x aluno/acolhido x pedagoga/abrigo. Me deparei com uma situação na minha primeira semana do estágio que me deixou abismada, e reforçou ainda mais que meu objetivo na educação era tentar amenizar episódios como aquele. Se tratava de um acolhido que, desde pequeno teve muitos rompimentos em sua vida, o que dificultou sua continuidade em tempo regular na escola, fazendo com que ficasse "atrasado" em relação aos outros adolescentes de sua idade. Porém, a escola já o conhecia e em conjunto com a professora haviam construído um protótipo de forma que facilitasse a permanência do menino na escola e tornasse mais leve esse período que para ele era muito difícil, mas a professora que o atendia e sabia de suas especificidades foi embora da escola e precisou ser substituída, essa nova professora chamou a pedagoga para uma reunião. A nova professora, inicia a reunião fazendo reclamações sobre o menino porque ele não para quieto, porque ele não aceita as atividades que ela propõe, porque ele só quer brincar e pintar, e que ela não poderia ficar planejando uma aula para a turma toda e uma aula separada só para ele, para chamar sua atenção aos estudos, pois era um absurdo sem tamanho um menino da idade dele (14 anos) não se concentrar e não ter interesse em aprender. Isso não era normal e ele só podia ser louco.

Eu ainda estava na minha primeira semana de estágio, tive receio de falar alguma coisa, mas ter presenciado essas e outras palavras tão duras sobre uma pessoa que sofreu tantos rompimentos e perdas em sua ainda curta trajetória de vida, foi um ponto crucial em minha vida acadêmica, profissional e até mesmo pessoal. Como era possível uma pessoa da área da educação ter uma postura assim? Como era possível uma professora não achar válido adequar o planejamento

de aula para que toda a turma se sinta incluída e acolhida? Esse episódio ia de encontro com tudo o que eu estava aprendendo sobre o olhar compreensivo do professor, sobre a necessidade de sempre construir um planejamento flexível.

No primeiro núcleo em que estagiei, havia um grupo de irmãos adolescentes que estavam acolhidos desde bebê, outros desde criança e sua vida toda tinha sido dentro do abrigo. Nesses casos a concepção de família era muito diversificada, família era primeiramente as pessoas que constituíam o abrigo em que residiam, e quem os tirasse do abrigo e os levasse para casa, família era quem desse amor, carinho e uma casa para morar. Já a concepção de família de uma criança entre sete e o nove anos, recém chegada no abrigo, é um pai, uma mãe e um irmão ou irmã, e no imaginar dela, qualquer pessoa poderia proporcionar uma família assim, e era muito difícil entender porque aquela "tia" (como são chamadas as agentes educadoras pelos acolhidos) que cuida e diz que ama não pode levar para casa, se ela tem um carro, uma casa e uma família.

Outra questão que a autora aborda, é a necessidade de mudança na mentalidade dos envolvidos na rede de proteção e formação de crianças e adolescentes. Acredito que seja um ponto muito importante em todos os sentidos, em relação a cuidado, educação e convivência com as especificidades de cada um deles. No decorrer do meu estágio aconteceu uma situação muito delicada, onde uma adolescente que foi acolhida ainda bebê, diagnosticada com depressão e diversas situações de automutilação, estava em uma fase boa, muito tranquila na escola e no programa jovem aprendiz. De um dia para o outro voltou a apresentar tristeza e isolamento dos demais, até que se sentiu confortável de desabafar com uma agente educadora e relatou que um agente educador cometeu assédio com ela, e que essa situação já havia acontecido anos atrás, mas não teve coragem de contar para ninguém. A agente educadora passou esse relato para direção e equipe técnica para que alguma providência fosse tomada e o agente educador acusado foi suspenso para averiguação.

Nesse dia, os colegas educadores se voltaram contra a acolhida, e a acusavam de ter prejudicado a vida do colega, disseram a ela, que não deveria ter inventado essa história. Como não é novidade em nossa sociedade, infelizmente é muito comum julgar e culpar apenas a vítima, esquecem que a pessoa que comete esse tipo de ato é sempre alguém de confiança, que não existe perfil. Com esse caso, entendo a importância das pessoas que estão envolvidas nos cuidados dos

acolhidos estarem sempre, se atualizando e buscando evoluir e mudar a mentalidade antiga, para que essas situações não ocorram mais.

Pereira (2013), conclui que há a necessidade de discutir e dar visibilidade a atuação do pedagogo no abrigo, enfatiza que crianças e adolescentes que estão no abrigo também são alunos, além disso, destaca como resultado as possibilidades de ressignificar e reestruturar o currículo do curso de pedagogia para a formação de pedagogos em espaços não escolares.

A segunda dissertação escolhida para análise, “Mediação pedagógica no acolhimento institucional e as práticas socioeducativas com crianças e adolescentes nas relações de conflitos”, de Fernanda Carvalho Ferreira (2014), foi realizada como requisito para título de mestre em educação na Universidade do Vale Rio dos Sinos - UNISINOS. Ferreira (2014), constrói sua dissertação com metodologia de pesquisa participante, conta com entrevista e observação participativa e tem como objetivo problematizar o fazer pedagógico e a influência dos profissionais envolvidos no dia a dia das crianças de uma casa de abrigo. Busca compreender se interfere no comportamento desses sujeitos que estão em acolhimento a rotatividade e a não rotatividade dos profissionais, e analisa as mudanças significativas que ocorrem na jornada do abrigo.

A autora traz uma questão muito importante que são os profissionais que compõem a equipe que atende as crianças e adolescentes nos abrigos, a forma como esses profissionais tratam e lidam com o acolhimento, a dedicação ao trabalho e até a rotina de visitação nas casas. Isso está diretamente ligada ao ambiente que se “oferece” a esses sujeitos, pensando nos diversos rompimentos que trazem na bagagem e, tornar o acolhimento mais leve e menos difícil é o papel dos técnicos profissionais do abrigo. Ferreira (2014) afirma que “A equipe técnica externa, funcionários e cuidadores, possuem papéis sociais que acabam sendo construtores de um determinado modelo de espaço”. (p. 45)

É importante ressaltar a relevância do vínculo para o melhor convívio no abrigo, pois entende-se que as crianças institucionalizadas já se sentem abandonadas, traídas, o que as deixa mais desconfiadas e distanciadas dos profissionais. Com base em minha experiência, é possível afirmar que os laços afetivos criados auxiliam no desenvolvimento da criança ou adolescente, seja no âmbito escolar, seja como pessoa em crescimento pessoal. A autora diz que “é fundamental ter a intenção de criar laços de afetividade, a qualquer criança e

adolescente, especialmente para as que vivem à margem da sociedade”. (p. 78) Esses sujeitos precisam se sentir seguros, amados e acolhidos por esse espaço que é seu lar temporariamente.

Ferreira (2014) destaca a proteção dos irmãos mais velhos para os irmãos mais novos, “Os adolescentes normalmente procuram defender os irmãos menores quando estão em um mesmo abrigo” (p. 36). Durante meu estágio presenciei algumas situações nesse sentido. Havia um casal de irmãos que moravam com a avó, o pai e o tio, sendo a avó a referência de vínculo, recém chegados ao acolhimento, o irmão mais novo de 8 anos chorava muito de saudade da avó, a irmã mais velha de 12 anos o consolava, dizendo que estava com ele e que logo iriam poder voltar para casa. Em decorrência do choro, o menino acabou virando piada para os outros acolhidos e a adolescente então, passou a defender o irmão até que as brincadeiras de mal gosto acabassem.

É inevitável as situações em que, mesmo com muita acolhida e tentativas de construção de vínculo, existem adolescentes que preferam continuar nas ruas de onde vieram do que ficar dentro de casa e cumprir regras. Entende-se que, muitas vezes, o sujeito passou tanto tempo na rua tendo que cuidar de si mesmo sozinho, que é difícil ter que ficar dentro de casa obedecendo a regras impostas. Segundo a autora, “as ruas são lares de muitos, que acabam vivendo de esmolas, fazendo uso de drogas ou trabalhando como vítimas de exposição do trabalho infantil” (p. 36). Havia um adolescente de 12 anos que tinha boa relação com os agentes educadores, tinha roupas boas e de marcas caras, mas trabalhava no tráfico e algumas vezes, foi visto vendendo bala no semáforo. É difícil desenraizar antigos costumes, criados e impostos pelos responsáveis, ou por necessidade, cria-se sempre uma dúvida, “e se eu sair do abrigo?”, “e quando eu sair do abrigo?”. Percebe-se um receio de perder o lugar na rua, receio de o vínculo com o abrigo acabar, como já houveram outros rompimentos.

A autora concluiu que há uma necessidade de ampliar o conhecimento sobre as políticas públicas voltadas para as crianças em acolhimento institucional, por parte dos profissionais que trabalham em casas abrigo. Percebeu que atividades socioeducativas tendem a não proporcionar resultados a longo prazo, e sim de pouca eficácia e imediatista. Além disso, entendeu que a falta de diálogo resulta em relações conflitantes entre sujeitos da casa abrigo e profissionais e as crianças acabam criando uma imagem autoritária do adulto o que os distancia.

A terceira dissertação escolhida para revisão de literatura, “Um estudo da percepção das professoras sobre crianças em situação de acolhimento institucional”, é de Helen Pinto (2016), realizada no Centro Universitário La Salle. Pinto (2016), em sua dissertação utilizou metodologia qualitativa e teve como estratégia de coleta de dados, observações e entrevistas semi-estruturadas. A pesquisa tem como objetivo apresentar a percepção dos professores em relação às crianças em situação de acolhimento. A autora ressalta a relação aluno/acolhido x professor e o papel da escola na percepção dos docentes. As professoras apontam a ausência das famílias como principal fator do “fracasso escolar”. Aponta, também, como um dos fatores que interferem no processo educacional de crianças acolhidas, a formação docente inicial e continuada.

A autora traz um ponto muito importante, que é a formação das professoras que vão receber as crianças e adolescentes acolhidos, e entendo que vale refletir qual é o profissional que a universidade está preparando. A concepção de educação desse profissional é de extrema importância para o convívio com os acolhidos, pensando na falta de continuidade e na maneira que isso afeta o desempenho escolar.

Com isso, outra questão relevante, para melhor relação e até desenvolvimento escolar, entende-se a importância do professor conhecer e entender a realidade de cada aluno da sala de aula. Acredito que este fator está diretamente relacionado à qualidade da formação do professor e do ambiente oferecido e ao bom relacionamento com a criança, sobretudo uma criança institucionalizada. A autora expressa: “Para tanto, percebe-se a necessidade, dos profissionais da educação que trabalham na escola, de conhecer a realidade dos estudantes, da perspectiva da instituição na qual estão inseridos, com suas peculiaridades” (p. 49). Conclui que há uma grande importância na atualização constante das professoras para que possam perceber o desafio maior na alfabetização de crianças em acolhimento, considerando as interferências da institucionalização causadas no processo de aprendizagem.

A dissertação “A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional”, de Fernanda Mendes Serikawa (2015), foi realizada na Universidade de Brasília. Serikawa (2015) embasou sua dissertação em uma metodologia qualitativa, sendo uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principais fontes, artigos científicos e legislação própria, além de análise de

conteúdo, utilizou também entrevistas como fonte de dados. Tem como objetivo investigar e explorar o processo de inclusão e exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. A autora traz o sofrimento psíquico como parte de um processo que crianças e adolescentes passam, e durante o acolhimento necessitam de proteção, afeto, atenção para proporcionar um ambiente mais propício para um bom desenvolvimento social, apontando também, a pobreza como uma das maiores causas do acolhimento. Além de ressaltar a necessidade de oferecer uma educação de qualidade a estes sujeitos visando proporcionar condições de adquirir cidadania plena.

A autora apresenta a relação instituição x escola, de forma benéfica, de modo que o acompanhamento do desempenho escolar, do comportamento na escola, e em casa, qualifique o atendimento oferecido em ambos os espaços. Entende-se que o comportamento de uma criança na escola está diretamente ligado ao seu ambiente familiar, de forma que pode haver mudanças emocionais e comportamentais como reflexo ou consequência de alguma situação ou episódio vivido em casa, seja com a família, seja no abrigo. Concluiu que ainda há dificuldade na interação técnicos do abrigo x profissionais da escola, junto com alunos, constatando e reforçando que a escolarização é um meio importante para a garantia de um futuro promissor. Identificou também, um preocupante processo de se auto culpar pelo estigma social que carrega por ser institucionalizado.

É importante entender o conceito de fracasso escolar, pois, para muitos professores e direção da escola, o fracasso está diretamente ligado à indisciplina e inquietude na sala de aula, há um comportamento padronizado que é esperado pelas escolas para que seja considerado um aluno de sucesso. Para crianças institucionalizadas é mais difícil do que para outras crianças ter esse comportamento esperado, pois está relacionado com suas vivências e até mesmo com os rompimentos vividos ao longo de suas vidas.

No decorrer do meu estágio, havia um menino de sete anos que tinha muita dificuldade comportamental tanto em casa como na escola, devido a muito tempo de vivência de rua, e era preciso que os profissionais envolvidos com ele entendessem as particularidades. Reforço a importância de haver profissionais qualificados, e sensíveis para perceber cada pequeno avanço do dia a dia, considerando que ele não apresentava comportamento dentro do esperado pelos espaços, as suas evoluções e melhorias eram muito valorizadas, pela professora que o atendia e

alguns agentes que trabalhavam em sua casa, e cada reconhecimento e celebração pelos progressos eram um incentivo para o menino.

De outro modo, ainda há alto índice no baixo desempenho escolar, repetência e até mesmo evasão escolar dentre as crianças e adolescentes acolhidos. Percebe-se a importância do apoio familiar, e o ambiente saudável em que esses alunos vivem para o melhor engajamento e desempenho na escola. É possível afirmar que a falta de afeto e a falta de uma família que dê suporte afeta diretamente no comportamento e desempenho escolar.

É possível relacionar essa reflexão com um caso que vivenciei no abrigo, onde um adolescente de dezessete anos, institucionalizado desde os doze anos, com muitos rompimentos e, em consequência disso, apresentava muitas evasões escolares e pouco ou quase nenhum desempenho escolar. Com pouco tempo em um abrigo saudável que o acolheu com amor, houve uma melhora significativa no interesse e frequência na escola, por isso, reforço que o empenho e sucesso escolar está diretamente ligado ao ambiente familiar, o afeto e apoio recebido em casa.

Pensar em pedagogia, na profissional pedagoga, pensa-se em escola, sempre se resumindo a sala de aula, porém muitos desconhecem tudo que abrange o incrível papel da pedagoga e a importância dessa figura em muitos espaços. Por ser a profissional de pedagogia a pessoa que deve saber lidar e trabalhar com todas as diferenças e particularidades, sem preconceitos, sem distinção alguma, além de saber como lidar, saber transmitir com naturalidade, transmitindo confiança, acolhendo com amor e com sabedoria àqueles que necessitam, é uma responsabilidade muito grande. Por isso, ressalto que cada vez mais, se faz necessário ter a pedagoga em instituições não escolares, pois é alguém que acredita na evolução da sociedade, do mundo e se dedica, se entrega por inteiro em seu trabalho para que as pessoas destas instituições de alguma forma também acreditem e consigam transformar seus pensamentos, seu modo de enxergar e levar a vida.

Considerando os vínculos que foi possível construir entre as dissertações e as vivências no acolhimento, percebo a importância do embasamento teórico, para dar sentido a prática, e reforço a necessidade de mais materiais para que profissionais da educação, e pedagogas possam sentir-se seguras e pertencentes desses espaços também.

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo vou trazer os apontamentos teóricos acerca da discussão sobre a pedagogia em acolhimento institucional. Para isso utilizarei os autores: Negrão e Constantino (2011), Araújo e Campos (2018), Lemos (2019) e Vargas (2021).

### 4.1 PEDAGOGIA E PEDAGOGAS

Segundo Lemos (2019, p.12), a “Pedagogia é uma ciência de formação humana que tem como objetivo unir a teoria e a prática, a partir dos processos educativos, funcionando como diretriz orientadora para a ação educativa”. Essa escrita nos permite corroborar a ideia de que a educação está em todos os espaços que o ser humano passa ao longo de sua vida e que está diretamente ligada ao desenvolvimento dos indivíduos. Considerando esta premissa é possível conceber que o ser humano aprende em todos os lugares por onde passa e por toda a sua vida. Logo, entendemos que o profissional da área da educação tem a função de formar indivíduos pensantes, instigá-los a ser críticos e criativos, dentro e fora do espaço escolar.

Lemos (2019, p.11), também reforça essa importante reflexão sobre a educação e os espaços de formação fora da esfera escolar, quando diz que “o campo educativo é bastante amplo, pois sua ação ocorre na família no trabalho, na rua, na escola, nos meios de comunicação, na política, no hospital e em muitos outros lugares”.

Problematizar a presença de pedagogas em espaços além da escola é provocativo na medida em que a própria formação restringe essa compreensão restringindo ao espaço escolar como lugar por excelência de atuação profissional. É fato que existem muitos espaços em que a presença de uma pedagoga é requerida, porém há que se perguntar porque a formação não permite esse conhecimento?

Lemos (2019), instigada a responder a essa questão, problematiza o papel

da pedagoga nos espaços da educação social e percebeu que as atribuições são maiores e tão complexas que ultrapassam os limites previstos nas normas específicas. Campos e Araújo (2018) contribuem ao problematizar a presença de pedagogas no quadro de profissionais de diferentes instituições, indicando:

A presença de pedagogos [...] no quadro de funcionários dessas instituições (de acolhimento e da escola) vem assumindo um papel educacional compensatório que fornece para as instituições acompanhamento técnico e avaliação do processo de aprendizagem dessas crianças e jovens remetendo a importância da pedagogia nos espaços, reforçando a ideia que venho defendendo ao longo desta pesquisa. (p. 1164)

Assim, me permito aproximar tal discussão ao objeto de estudo deste trabalho, reforçando a percepção a respeito da importância da pedagoga no quadro técnico das instituições de acolhimento, visando uma melhor atenção ao desenvolvimento das crianças e adolescentes que estão em medida de proteção, longe do seu ciclo familiar, precisando de um olhar mais específico e atencioso e uma compreensão situada para suas dificuldades de aprendizagens na escola. Araújo e Campos (2018) reforçam essa possibilidade e indicam como positivo quando se integra esse olhar da pedagoga, sobretudo na relação com o trabalho da escola.

No momento em que Vargas (2021, p.28) afirma que “o imaginário afasta a compreensão do caráter estrutural da sociedade, que gera desigualdades sociais”, é possível fazer uma breve conexão quando considera-se a escola como principal fonte de formação de indivíduos que compõem a sociedade. Pode-se dizer que na escola também há alguns pré-conceitos estabelecidos às crianças que chegam do abrigo. Com base em minha experiência no acolhimento, vivenciei muitas vezes esse estigma que os acolhidos carregam ao chegar na escola. Com isso, é possível refletir, inclusive, sobre a precária abordagem que se tem nos cursos de licenciatura em pedagogia sobre o tema e que distancia as pedagogas desse conhecimento.

É necessário construir uma formação de qualidade para preparar profissionais capacitados e interessados a desempenhar um papel social, com a percepção pedagógica que faz total diferença no dia a dia da criança, adolescente e jovem. Ênfase a importância de formar pedagogas cientes dos espaços que pode atuar além da sala de aula, tendo conhecimento do impacto do seu papel, seja nos

espaços de trabalho, seja nos processos de aprendizagens das crianças e adolescentes, ou na contribuição no desenvolvimento pessoal e profissional.

A importância da profissional da educação em construir uma noção crítica do seu papel, das circunstâncias que o determinam e das finalidades de sua ação são fundamentais, pois a finalidade da educação está implícita no conteúdo e na forma como é executada. Por este motivo, a questão da formação da pedagoga é muito importante (PINTO, 1987 *apud* VARGAS, 2021).

É quase impossível não me tornar repetitiva, ao ressaltar a importância da troca de afeto entre acolhido x pedagoga. Quando Vargas (2021) traz que no acolhimento institucional, ainda que transitório e excepcional, as pedagogas têm, no encontro com as crianças, adolescentes e jovens, a possibilidade de buscar potencializar a perspectiva de educação, ampliando o olhar para a complexidade da realidade que os cercam. Minha percepção referente a esta questão vai ao encontro da escrita de Vargas (2021, p.33) que diz,

[...] evidencia-se que o trabalho das Pedagogas no acolhimento tem relevância à medida que avança na inserção dos jovens nos espaços externos à instituição, garantindo o acesso à Educação e a profissionalização e qualificando as relações que se estabelecem nesses contextos.

No estudo realizado por Vargas (2021), ela conclui que a pedagoga, na composição da equipe técnica das instituições de acolhimento, precisa assumir um posicionamento teórico, ético e político que possa direcionar sua atuação, assumindo sua não neutralidade.

#### 4.2 SERVIÇO DE ACOLHIMENTO E AS MEDIDAS PROTETIVAS

O Acolhimento é um serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

Conforme consta no SUAS, o CRAS e o CREAS são responsáveis por organizar a rede local de serviços socioassistenciais, que é um conjunto de serviços

destinados a diminuir a vulnerabilidade social dos territórios periféricos. “O trabalho social no CREAS compreende três principais dimensões: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em Rede” (Brasil, 2011, p. 59). O CREAS também pode ofertar ou referenciar o Serviço Especializado em Abordagem Social, que objetiva identificar situações de risco e violação de direito nos logradouros públicos, tais como situação de rua, vivência de trabalho infantil e exploração sexual. Esse serviço visa, ainda, a oferta de atendimento no próprio contexto do espaço público e a realização de encaminhamentos que possam contribuir para a proteção de indivíduos e famílias.

E o CRAS é responsável por organizar a rede local de serviços socioassistenciais, que é um conjunto de serviços destinados a diminuir a vulnerabilidade social dos territórios periféricos. É por meio do CRAS que a proteção social se aproxima da comunidade, reconhecendo a desigualdade social e as dificuldades encontradas na periferia, sendo extremamente necessário que, na situação da família ser acompanhada pela rede de atendimento de assistência social, as equipes trabalhem em conjunto, visando e auxiliando a volta das crianças ou adolescentes ao convívio familiar.

As crianças e adolescentes somente são afastados do convívio familiar perante uma determinação judicial, em circunstâncias de extrema vulnerabilidade, abuso, negligência, e em situação de a família já ter tido diversas outras oportunidades de aprimorar os cuidados com a criança/adolescente, demonstrar melhoras, e mesmo assim não conseguiu cumprir com combinados pré-estabelecidos pelo conselho tutelar anteriormente.

O SUAS aponta que existem dois principais tipos de acolhimento: o Abrigo Institucional deve ser o mais semelhante possível com uma residência, e devem ser utilizados os serviços de saúde e educação da região em que está inserido, facilitando que os atendimentos tenham continuidade após o retorno para a família; a Casa Lar é um serviço de acolhimento provisório, que deve ser oferecido em unidades residenciais, localizar-se em área residencial, seguindo o padrão socioeconômico da região em que se encontra, e é sobretudo, indicado para grandes grupos de irmãos, contendo no mínimo um educador/cuidador residente.

O ECA garante que a criança fique em abrigo residencial até que a família se organize, no menor tempo possível, tendo um prazo máximo de dois anos. Para que ocorra um retorno seguro ao convívio familiar, sejam os genitores ou a família

extensa que são os avós, tios, irmãos (BRASIL, 2009 p.30) e, somente em casos excepcionais, há a possibilidade de ir para uma família substituta, que se constitui em adoção.

Segundo Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - resolução conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente/Conselho Nacional de Assistência Social (CONANDA/CNAS) - os abrigos (casas) devem ser compostos por no máximo vinte crianças e adolescentes, meninos e meninas de zero a dezoito anos incompletos, com inclusão de perfil (pessoa com deficiência). Na FPERGS, o número máximo de população, por casa, é de dez acolhidos, tendo a inclusão de perfil de deficiência mental, doença mental, deficiência física e paralisia cerebral. Na situação da pessoa ter deficiência, ou doença, completar maior idade e não ter família para receber, são encaminhados para casas exclusivas de adultos, com deficiências leve, moderada ou grave.

O que diz as Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.

DEFINIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.</li> <li>• O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade.</li> <li>• Crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, não devem ser separados ao serem encaminhados para serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou interesses ou se houver claro risco de violência</li> <li>• Todos os esforços devem ser empreendidos para que, em um período inferior a dois anos, seja viabilizada a reintegração familiar –</li> </ul>
-----------	--

	<p>para família nuclear ou extensa, em seus diversos arranjos – ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A organização dos serviços deverá garantir proteção e defesa a toda a criança e adolescente que precise de acolhimento. Devem ser combatidas quaisquer formas de discriminação às crianças e aos adolescentes atendidos em serviços de acolhimento e às famílias de origem, baseadas em condição socioeconômica, arranjo familiar, etnia, religião, gênero, orientação sexual, ou, ainda, por serem pessoas com necessidades especiais em decorrência de deficiência física ou mental, que vivem com HIV/ AIDS ou outras necessidades específicas de saúde.</li> </ul>
<p>ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A organização do ambiente de acolhimento também deverá proporcionar o fortalecimento gradativo da autonomia, de modo condizente com o processo de desenvolvimento e a aquisição de habilidades nas diferentes faixas etárias.</li> <li>• Crianças e adolescentes devem ter a oportunidade de participar da organização do cotidiano do serviço de acolhimento, por meio do desenvolvimento de atividades como, por exemplo, a organização dos espaços de moradia, limpeza, programação das atividades recreativas, culturais e sociais</li> </ul>
<p>ESTRUTURA FÍSICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos</li> <li>• Deverá manter aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida.</li> <li>• Não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento, também devendo ser evitadas nomenclaturas que remetem à aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários</li> <li>• Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.)</li> </ul>

## **5. ANÁLISE**

Neste capítulo, realizo a análise sobre o que dizem os documentos oficiais procurando, inicialmente, se há a recomendação de uma profissional da educação na equipe de referência e qual sua função, visando atingir o objetivo geral desta pesquisa, que é investigar a presença de pedagogas na equipe técnica mínima de referência dos serviços de acolhimento, estabelecidas pela NOB-RH/SUAS. Utilizo

também esta análise com a intenção de alcançar os objetivos específicos que são: identificar o papel da pedagoga no acolhimento institucional e compreender as suas atribuições descritas no projeto político da instituição analisada.

Realizei uma leitura nos principais documentos da assistência social, visando encontrar a recomendação da equipe técnica no acolhimento. Utilizei nesta análise, o NOB RH/SUAS e as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Além disso, realizei a leitura de dois documentos da Fundação, para encontrar qual a atribuição da pedagoga neste espaço, para descrever o papel desta profissional, pesquisei no Projeto Político Pedagógico, no Plano de Empregos, Funções e Salários.

## 5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ACOLHIMENTO

A Fundação de Proteção Especial possui seis núcleos de abrigos residenciais, distribuídos em Porto Alegre, nas regiões Leste no bairro Partenon, Norte no bairro Rubem Berta, Extremo Sul no bairro Lami, Sul no bairro Ipanema, Menino Deus e Praia de Belas. É responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, abandono, maus tratos, com suas vidas em risco, entre outras.

Cada NAR possui uma equipe técnica interdisciplinar composta por Pedagoga, Assistente Social, Enfermeira/o, Técnica/o de Enfermagem, Psicóloga/o, Profissional de Educação Física, e Terapeuta Ocupacional no NAR exclusivo para adultos com deficiências. O acesso à carreira de acordo com o plano de carreira no SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e FPERGS, é mediante aprovação em concurso público.

Atualmente as equipes técnicas são formadas apenas por concursados, equipe de gestão, assistentes de direção e diretor/a, é formada por cargo de confiança, sendo obrigatório formação de nível superior para assumir cargo de Diretor/Guardião, chefias que são chefes de equipe, pessoas que organizam escalas dos agentes educadores, escala de transportes e saídas, são agentes em função, escolhidos pelo diretor para assumir a chefia de equipe.

## 5.2 SOBRE O PAPEL DA PEDAGOGA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Durante minha leitura encontrei no PPP descrito a importância da profissional da educação no acolhimento, reforçando a **relevância do olhar pedagógico para o melhor desenvolvimento dos indivíduos acolhidos**, evidenciando a educação como algo presente ao longo de toda vida, visando sua presença em todos os âmbitos. A FPERGS percebe que “o caráter pedagógico no serviço de acolhimento ocupa todos os seus espaços, pois é a educação, em sua essência, quem traz a possibilidade da mudança, do diferente, do qualitativamente melhor. (PPP, 2020 p. 76)

Consta no PPP que faz-se necessário enfatizar que o papel da pedagoga no serviço de acolhimento é, também, o de **promover um espaço que seja educativo em todas as suas esferas**, considerando todos os sujeitos ali envolvidos e possibilitando, através das relações existentes (e daquelas possíveis de serem construídas), experiências de crescimento e cuidado, uns com os outros e com o todo, de modo a transformar a realidade institucional em um espaço de desenvolvimento sensível, significativo e de qualidade para todos.

Ao realizar a leitura no Plano de Empregos, Funções e Salários com o propósito de encontrar a descrição do papel da pedagoga no acolhimento foi possível encontrar vinte e quatro itens que caracterizam as atribuições da pedagoga, que são elas:

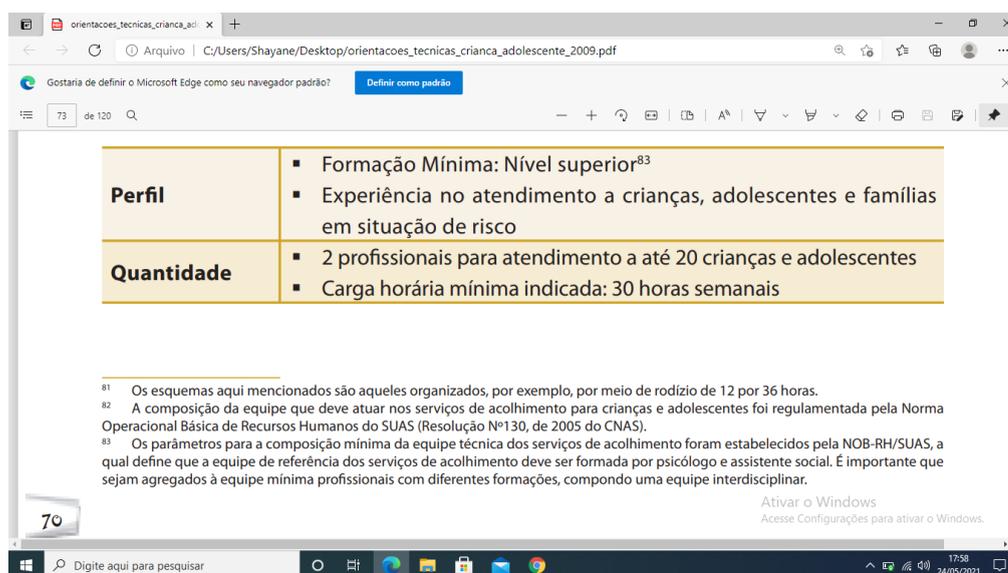
1. elaborar e aplicar instrumento de medida e aferição, com vistas ao reconhecimento das necessidades e realidade social do educando na área de aprendizagem, na área vocacional e profissional;
2. realizar acompanhamento e aconselhamento escolar;
3. fazer a análise do rendimento escolar com avaliação evolutiva;
4. participar ativamente das atividades de aprendizagem no sistema de ensino;
5. apresentar relatórios periódicos das atividades desenvolvidas na área;
6. elaborar, implantar, acompanhar e avaliar atividades educacionais;
7. organizar a área de ensino nas questões da matrícula escolar, suspensões, transferências e cancelamentos de matrículas;
8. coordenar, acompanhar e avaliar projetos de ensino profissional;
9. encaminhar, acompanhar e avaliar em estágios e empregos;
10. participar de seminários, treinamentos, congressos e cursos visando o intercâmbio ao aperfeiçoamento profissional, atendendo aos interesses da Fundação;

11. participar de reuniões interdisciplinares destinadas a estudar assuntos de interesse do abrigo e da permanente avaliação do programa de atendimento em que atue, assim como participar de reuniões de categoria destinadas a tratar assuntos específicos da área de educação;
  12. propor, elaborar, aplicar e interpretar diagnóstico em nível organizacional;
  13. participar de reuniões técnico-administrativas;
  14. proceder à avaliação técnica da situação de cada acolhido, atualizando permanentemente o prontuário individual, dando ciência dos resultados através da elaboração de laudos, relatórios e/ou sínteses informativas à Direção, assim como aos órgãos competentes envolvidos nos casos (Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Varas Cíveis, Conselhos Tutelares, etc.);
  15. elaborar, interdisciplinarmente, Plano de Atendimento Individual e Coletivo dos acolhidos;
  16. selecionar, acompanhar e supervisionar facultativamente estágios curriculares e extracurriculares inerentes a sua área;
  17. gerenciar o acesso dos acolhidos à rede de educação e trabalho;
  18. orientar as equipes para o processo de desligamento do acolhido, preparando os adolescentes para a inclusão em cursos e estágios;
  19. acompanhar as atividades educativas e lúdicas desenvolvidas com os acolhidos, que favoreçam seu desenvolvimento global;
  20. participar de comissões;
  21. utilizar e zelar pelos equipamentos de trabalho e de proteção individual e coletivos fornecidos pela fundação, bem como realizar exame periódico anual quando requisitado;
  22. compartilhar com os demais técnicos e a direção, a guarda e a responsabilidade da organização, manutenção e atualização de informações no prontuário biopsicossocial de cada acolhido;
  23. manter estreita relação com os operadores do programa que estão envolvidos diretamente no atendimento aos acolhidos, subsidiando-os tecnicamente; e
  24. executar outras atividades correlatas, conforme código de ética da categoria profissional, em consonância com preceitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social e demais legislação pertinente. Carga horária: 40 (vinte) horas semanais.
- Pré-requisitos: diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação de nível superior em Pedagogia, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação; registro no respectivo órgão de classe.

Em contrapartida, na leitura do NOB e do CONANDA, tive muita dificuldade de encontrar alguma recomendação da pedagoga no acolhimento então, para facilitar minha leitura, utilizei o sistema de pesquisa dentro do documento, pesquisei como palavras-chave: pedagogo, profissional da educação, educador (encontrei, mas se referia ao agente educador), equipe técnica, equipe mínima<sup>3</sup> e equipe de referência, não encontrando resultados satisfatórios

Ao pesquisar o termo “equipe mínima” no CONANDA, foi possível encontrar no rodapé que a equipe deve ser composta de acordo com o que diz no NOB, conforme apresento nesta imagem abaixo:

Figura 1: O que diz as Orientações Técnicas:



FONTE: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p. 78)

E quando pesquisei o mesmo termo “equipe mínima” no NOB, não encontrei, então, pesquisei novamente pelos outros termos citados acima, encontrei “equipe de referência” e, neste documento, identifica o acolhimento como alta complexidade e denomina como equipe de referência para atendimento direto apenas assistente social e psicólogo, conforme consta na imagem abaixo.

<sup>3</sup> Os parâmetros para a composição mínima da equipe técnica dos serviços de acolhimento foram estabelecidos pela NOB-RH/SUAS, a qual define que a equipe de referência dos serviços de acolhimento deve ser formada por psicólogo e assistente social. (BRASIL 2009 p.69)

Figura 2: o que diz o NOB:

**Alta Complexidade**

**1) Atendimento em Pequenos Grupos (abrigo institucional, casa-lar e casa de passagem)**

Equipe de referência para atendimento direto:

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
<b>Coordenador</b>	nível superior ou médio	1 profissional referenciado para até 20 usuários acolhidos em, no máximo, 2 equipamentos
<b>Cuidador</b>	nível médio e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador por usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.
<b>Auxiliar Cuidador</b>	nível fundamental e qualificação específica	1 profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de cuidador usuário deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde, pessoas soropositivas, idade inferior a um ano, pessoa idosa com Grau de Dependência II ou III, dentre outros). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 auxiliar de cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 auxiliar de cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.

FONTE: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/ Sistema Único de Assistência Social (2005, p. 21)

Figura 3: continuação do que diz o NOB:

Equipe de Referência para atendimento psicossocial, vinculada ao órgão gestor:

PROFISSIONAL / FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	QUANTIDADE
<b>Assistente Social</b>	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos.
<b>Psicólogo</b>	nível superior	1 profissional para atendimento a, no máximo, 20 usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos.

FONTE: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/ Sistema Único de Assistência Social (2005, p. 21)

Ao constatar que nos documentos que orientam o serviço de acolhimento institucional não consta a previsão de pedagogas nas equipes, pude refletir que há um contrassenso muito grande, uma vez que todo o atendimento direto à criança e ao adolescente nos acolhimentos passa pelo profissional da educação na figura da pedagoga. Reconheço que as/os agentes educadores também são trabalhadores da área da educação e possuem uma dimensão pedagógica na sua ação.

Segundo o Plano de Empregos Funções e Salários é função do agente educador:

1. auxiliar, acompanhar e participar da realização de todas as atividades da vida diária dos acolhidos, considerando os termos do Plano de Individual de Atendimento e do Plano de Atendimento Coletivo;
2. sugerir, organizar e participar de atividades educativas, culturais e de lazer com os acolhidos, promovendo seu desenvolvimento e favorecendo o convívio comunitário previsto nos projetos técnicos de execução do abrigo;
3. zelar pela integridade física, psicológica e moral das crianças e adolescentes, através da manutenção de um vínculo afetivo e ético, inclusive nos casos de crises de agitação psicomotoras;
4. acompanhar e desenvolver atividades em regime de coeducação;
5. organizar atividades ocupacionais e de caráter sociocultural, com a orientação da equipe técnica, visando despertar nas crianças e adolescentes o gosto pelo trabalho e pela educação formal através de trabalhos artesanais e outros;

6. acompanhar crianças e adolescentes em consultas médicas, exames e baixas hospitalares;
7. realizar cuidados de limpeza de higiene pessoal, vestuário, alimentação e apoio escolar dos acolhidos;
8. acompanhar e participar de atividades de educação, esporte, lazer e cultura junto à rede de atendimento;
9. auxiliar e orientar os acolhidos na sua preparação para escola, como vestimenta, materiais e tarefas escolares;
10. orientar os acolhidos a utilizar corretamente os recursos que a comunidade oferece, como: transporte, saúde, educação, esporte e profissionalização;
11. participar de comissões e reuniões interdisciplinares;
12. realizar relato do cotidiano dos acolhidos em livro de registro diário;
13. participar de seminários, treinamentos, congressos e cursos visando o intercâmbio ao aperfeiçoamento profissional, atendendo aos interesses da Fundação;
14. realizar as atividades de maternagem ou provisão maternal necessária aos bebês (colo, banho, alimentação, fraldas, estimulação do desenvolvimento global – comer, caminhar, brincar);
15. realizar os cuidados necessários aos acolhidos com dependência total na realização das atividades diárias: dar banho, trocar fraldas, alimentar, levar para tomar sol;
16. organizar o ambiente (espaço físico, atividades lúdicas e adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente);
17. apoiar na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo orientado e supervisionado pela equipe técnica;
18. utilizar e zelar pelos equipamentos de trabalho e de proteção individual e coletivos fornecidos pela fundação, bem como realizar exame periódico anual quando requisitado;
- e
19. executar outras atividades correlatas inerentes à função, conforme preceitos estabelecidos no código de ética da profissão, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social e demais legislação pertinente.

No entanto, pela função que exercem, se restringem às ações de rotina e organização dos tempos e espaços dentro dos acolhimentos, enquanto que as pedagogas respondem de maneira geral aos processos mais amplos de inserção em atendimentos específicos, na escola e nas atividades de contraturno escolar.

É interessante notar que, enquanto a Fundação prevê e descreve com uma riqueza de detalhes as atribuições da pedagoga, os documentos orientadores não mencionam e tampouco preveem essa profissional nas equipes mínimas.

### 5.3 EXPERIÊNCIAS QUE ME PERMITIRAM ENTENDER O PAPEL DA PEDAGOGA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Desde o meu primeiro dia no abrigo comecei a conhecer e aprender qual é o papel da pedagoga no acolhimento, me permitindo aqui apontar, desde a minha experiência, quais foram as responsabilidades da pedagoga que acompanhei.

A cada novo ingresso, a pedagoga e eu, fazíamos uma visita na escola de origem e em reunião com professoras e algum funcionário da direção para conhecer melhor os acolhidos, considerando que quem os acompanha antes da rede de assistência é a escola. É também papel da pedagoga manter o acolhido na mesma escola, evitando a perda de mais vínculos comunitários, levando em conta já estar longe da família. E somente em casos excepcionais é feita a transferência<sup>4</sup>.

Também era função da pedagoga encontrar atividades extracurriculares para ocupar seu tempo no turno oposto ao que está na escola. Para crianças menores de quatorze anos, é solicitado a vaga no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos<sup>5</sup> da comunidade, e neste espaço tem atividades educacionais, oficinas e brincadeiras. Geralmente a tentativa é manter em um serviço de convivência que a criança possa continuar frequentando após a saída do acolhimento.

Enfatizo a importância do olhar profundo e muito pedagógico para enxergar potencialidades nos indivíduos que já estão fadados ao fracasso no ponto de vista da grande sociedade, havia um adolescente de 13 anos que chegou ao acolhimento com uma forte ligação e admiração ao tráfico de drogas, sempre relatava querer ser como o pai, rodeado de mulheres, dinheiro fácil (como ele dizia) e bebidas. Era visto até mesmo por alguns agente educadores como caso perdido, mas precisou a pedagoga estar atenta aos detalhes, este acolhido adorava acompanhar a cozinheira, fazia muitas perguntas sobre os processos dos alimentos e receitas,

---

<sup>4</sup> Casos excepcionais é quando a escola se localiza muito longe do abrigo residencial, quando fica difícil encaixar na escala de transporte ou em caso de risco para a criança ou adolescente.

<sup>5</sup> Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um dos serviços da Proteção Social Básica do SUAS, ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias. (SANTOS, 2017 p. 211)

encontramos um curso profissionalizante de curta duração, que ensinava pães caseiros e recheados, bolos, salgados, comidas feitas no microondas, tortas e sucos. Não conseguimos tirá-lo por completo das ruas, mas reduziu drasticamente o tempo em que permanecia na rua, pois para frequentar o curso precisava frequência escolar e não repetência, o que o incentivou a ir mais a escola, e a de dedicar, podendo mostrar que havia potencialidades muito importante além de ser como o pai.

Quando o acolhido completa quatorze anos é papel da pedagoga fazer cadastro nas plataformas digitais do programa jovem aprendiz<sup>6</sup>, levar o adolescente para fazer a carteira de trabalho e acompanhar nas possíveis entrevistas de emprego. A pedagoga procura cursos profissionalizantes para inserir este adolescente, além disso, também deve acompanhar e visitar regularmente como na escola.

É papel da pedagoga estar sempre em contato com a casa para ter conhecimento sobre as necessidades de material escolar para os acolhidos, jogos educativos, livros de literatura infantil e juvenil. É quem solicita os materiais para a Fundação, e faz uma lista com o que cada acolhido precisa, separado para cada casa, além de solicitar também materiais de escritório para as casas. Quando esse material chega, a pedagoga deve separar estes materiais para cada acolhido em caixas para cada casa, a pedagoga também pode fazer a distribuição desses materiais.

Quando um adolescente inicia em uma nova atividade que seja necessário utilizar o transporte público, a pedagoga o acompanha na primeira ida e volta para que seja construída a autonomia.

Existe um documento que se denomina Plano Individual de Atendimento, mais conhecido como PIA, que é um prontuário onde consta a guia de acolhimento com informações breves de dados pessoais e motivo do acolhimento. Neste prontuário devem ser incluídas todas atividades e avaliações escolares, documentos, fotos. Além de um acompanhamento da criança ou adolescente no acolhimento, onde todos os profissionais da equipe técnica devem preencher

---

<sup>6</sup> O Programa Jovem Aprendiz busca a capacitação e a inserção de jovens no mercado de trabalho. Com regime de trabalho CLT, com contratos de até dois anos, jovens entre 14 e 24 anos com renda de até meio salário mínimo por pessoa da família desenvolvem habilidades que visam atender a demandas do mercado de trabalho. As empresas, de qualquer natureza, têm a obrigação de cadastrar nos Serviços Nacionais de Aprendizagem no mínimo 5% e no máximo 15% dos trabalhadores contratados. (ROCHA, 2016, p.93)

regularmente. É papel da pedagoga, além de auxiliar seus colegas da equipe, escrever periodicamente sobre as evoluções escolares, registro de reuniões, se há registros importantes dos educadores acerca da aprendizagem. Neste prontuário deve ficar um registro cronológico sobre toda sua permanência no acolhimento.

Quando há bebê ou criança em processo de adoção, inicia-se um portfólio, em que é trabalho da pedagoga personalizar um caderno, onde vão informações sobre a vida dessa criança, fotos, frases, gostos, costumes, que vão sendo preenchidos pelos educadores que são os profissionais que têm um contato direto, pois este portfólio é entregue à nova família como um objeto de recordações de fases do desenvolvimento em que ainda não faziam parte da vida um do outro.

Realizei relatos que, em minha concepção, é uma das principais funções da pedagoga, trazendo de forma mais acessível e mais perceptível as atribuições, descritas conforme consta nos documentos oficiais. Com a intenção de aproximar o leitor da narrativa, de forma que facilite sua concepção e reflexão.

## **6. ASSIM COMO A EDUCAÇÃO, ESTA PESQUISA É UM PROCESSO E AINDA CONTINUA**

Reconhecer as instituições de acolhimento como espaços de proteção e promoção do desenvolvimento integral da criança e do adolescente, significa compreender a fundamental importância que a Educação tem nestes espaços como forma de garantir “que o tempo presente na instituição seja vivido como possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente e que o bem-estar seja tão importante quanto o bem-sair” (FPERGS, 2020, p. 64)

O fazer pedagógico no espaço não escolar está diretamente relacionado às atividades que envolvem trabalho em equipe, planejamento, formação pessoal, orientação, coordenação e o objetivo principal desse fazer está direcionado, sem dúvida, à garantia de direitos das crianças e adolescentes e seu desenvolvimento integral. Por todo o estudo que fiz, identifico que boa parcela desse objetivo tem relação com as transformações das pessoas envolvidas na prática pedagógica e, para isso, a pedagoga aparece como uma mediadora que faz um trabalho de apoio,

fortalecendo a equipe de trabalho nas transformações humanas que tanto buscamos nos dias atuais.

No decorrer de meu estágio, fui me fascinando pelo acolhimento, acompanhando a pedagoga, a forma como ela trabalhava e com naturalidade para me mostrar e explicar como funcionava o acolhimento, e como foi mudando com o passar dos anos, pois ela tem experiência de mais de vinte anos na Fundação e pode acompanhar de perto toda essa evolução do acolhimento naquele espaço. Percebendo a importância da presença e o olhar pedagógico no acolhimento e a ausência de estudos sobre o tema na faculdade, entendi que era extremamente importante iniciar uma pesquisa nessa área, e conforme a pesquisa foi sendo desenvolvida, a dificuldade para encontrar referências foi um ponto que me deu mais certeza da relevância da escolha do tema.

É inevitável lembrar momentos vividos em meu estágio, das incansáveis tentativas e apostas nos acolhidos, na escola ou no mundo profissional. Comemorar a vitória junto deles, principalmente nessas situações que era possível dar ainda mais sentido ao trabalho da pedagoga, destacando a importância de potencializar e enxergar as qualidades em meio aos estereótipos criados pela sociedade. Logo, é possível afirmar que a profissional mais próxima das crianças e adolescentes acolhidas é a pedagoga e os/as agentes educadores.

No curso de pedagogia, se estuda para ser uma profissional que compreenda que as aprendizagens passam por processos, que está inteiramente ligada ao contexto que está inserida, seja familiar, seja sócio econômico, está ligada aos incentivos recebidos no espaço fora da escola, por isso, reafirmo a importância de uma pedagoga na equipe mínima, pois é necessário um olhar delicado, um olhar pedagógico para entender as diferenças de desenvolvimento de cada acolhido, de forma que compreenda as dificuldades, buscando auxílio, e valorizando as potencialidades, festejando a cada pequeno avanço. Ainda que outros profissionais também entreguem afeto e compreensão na sua atuação profissional é o olhar pedagógico amplo e focado ao mesmo tempo que permite a compreensão do sujeito integral.

Somando minha vivência no acolhimento às leituras feitas para a construção de minha pesquisa, a importância da pedagoga no quadro de técnicos está diretamente ligada também a conexão acolhimento x espaço externo, na escola, no mundo profissional, nos cursos. Entendo como crucial o papel do pedagogo na

inserção do jovem de maneira saudável e afetuosa, conhecendo e expondo com cuidado e respeito as limitações aos espaços que recebem as crianças e adolescentes em medida de proteção, com a intenção de tornar mais leve a convivência nesses espaços externos.

O acolhimento tem a responsabilidade de incentivar a autonomia dos acolhidos, e quando penso em construir algo de dentro para fora, naturalmente componho uma conexão com o papel da pedagoga, pois é quem estuda o desenvolvimento das pessoas, quem estuda para criar seres críticos. A educação está presente em nossas vidas, desde quando aprendemos as nos comunicar através de gestos quando ainda somos pequenos bebês.

Ao concluir esta pesquisa, minha intenção é esclarecer minuciosamente aos leitores, qual o papel e a importância da pedagoga no acolhimento, além de questionar o porquê não há pedagoga também como referência de equipe mínima no acolhimento. Pretendo em breve continuar essa pesquisa, buscando investigar o papel da pedagoga segundo outras instituições de acolhimento, fazendo uma análise aos documentos de outras instituições para investigar se há a importância da pedagoga descrita nos documentos, ainda problematizando a falta da profissional da educação na equipe nos documentos oficiais da assistência social como NOB e Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e Adolescentes.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266) . Acesso em: 10/03/2021

BRASIL, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB – RH/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS. 2005 acesso em 09/04/2021

CAMPOS, R.C.P.R.; ARAUJO, N.R. **Situação Educacional de Crianças e Jovens com Deficiência em Acolhimento Institucional**. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/cp/article/view/5587>>

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, 2009. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

FERREIRA, F. C. **Mediação Pedagógica Em Acolhimento Institucional E As Práticas Com Crianças E Adolescentes Nas Relações De Conflito**. Mestrado em Educação, Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, 124 f, 2014.

IZAR, J. G. **A Práxis Pedagógica Em Abrigos**. Mestrado em Educação, Universidade De São Paulo, São Paulo, 134 f, 2011.

LIRA, D. O. S. **O papel do(a) pedagogo(a) em casas de acolhimento institucional: do assistencialismo ao direito à educação**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia), Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATOS, M. L. **Pedagogia e educação social: Reflexões sobre o papel da pedagoga na educação social**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

NEGRÃO, A. V. G.; CONSTANTINO, E. P. **Acolhimento institucional em tempos de mudança: uma questão em análise**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/109167>

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA, P. R. **A Atuação Do Pedagogo Em Abrigos No Município De Vitória/Es**. Mestrado em Educação, Universidade Federal Do Espírito Santo, Vitória, 125 f., 2013.

PINTO, A. V. Sete Lições sobre Educação de Adultos. 5a Ed. São Paulo: Cortez, 1987. Disponível em [www.cefetsp.br/edu/eja/sete\\_licoes.doc](http://www.cefetsp.br/edu/eja/sete_licoes.doc).

PINTO, H. **Um Estudo Da Percepção Das Professoras Sobre As Crianças Sobre Em Situação De Acolhimento Institucional**. Mestrado em Educação, Centro Universitário La Salle, Canoas, 120 f., 2016.

ROCHA, J. S. **O aprender como produção humana: os sentidos subjetivos acerca da aprendizagem produzidos por adolescentes em situação de vulnerabilidade social**. Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 217 f., 2016.

SANTOS, K. A dimensão educativa presente na Política da Assistência Social: o caso do SCFV. In: FONSECA, L. (Org.). **Trabalho, formação de trabalhadores e lutas sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2017

SERIKAWA, F. M. **A Inclusão/Exclusão Escolar De Crianças E Adolescentes Em Acolhimento Institucional**. Mestrado em Educação, Instituição de ensino: Universidade De Brasília, Brasília, 97 f., 2015.

VARGAS, T. M. **O trabalho pedagógico no acolhimento institucional: A potência do transitório e excepcional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.